(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de setembro de 2021

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Índice

Rel	atório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
	anço Patrimonial	
	monstração do Resultado	
	monstração do Resultado Abrangente	
	monstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
	monstração dos Fluxos de Caixa	
	monstração do Valor Adicionado	
	tas Explicativas	
1.	A Companhia e suas operações	
2.	Correlação das notas explicativas	
3.	Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras intermediárias	
4.	Sumário das principais práticas contábeis	
5.	Uso de estimativas	
6.	Contas a receber	14
7. F	Partes relacionadas	17
8.	Despesas antecipadas	18
9.	Tributos	18
10.	Arrendamento mercantil	18
11.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19
12.	Patrimônio Líquido	21
13.	Custo e despesa por natureza	22
14.	Resultado financeiro líquido	22
15.	Processos judiciais e contingências	23
16.	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	24



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da **Baixada Santista Energia S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Baixada Santista Energia S.A.("Companhia") em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).



Ênfase

Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia mantém transações com a controladora Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta, na condução de suas operações, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 7 às demonstrações financeiras intermediárias. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Ilena dos S. Rosa Milena Santos

Contadora CRC RJ-100983/O-7

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	30.09.2021	31.12.2020	Passivo	Nota	30.09.2021	31.12.2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		3	3	Fornecedores		1.953	2.258
Contas a receber, líquidas	6.1	127.707	118.065	Dividendos e JSCP a pagar	12.3	-	15.833
Contas a receber – FIDC	6.2	163.006	208.801	Financiamentos - Arrendamentos	10	115.216	85.903
Imposto de renda e contribuição social	9.1	17.732	12.767	Provisão para pesquisa e desenvolvimento		702	685
Impostos e Contribuições	9.1	11.221	10.513	Obrigações Trabalhistas		3	-
Despesas antecipadas	8	578	1.363	Impostos e contribuições a recolher	9.1	7	385
·		320.247	351.512	,	•	117.881	105.064
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos - Arrendamentos	10	138.546	139.270
Contas a receber, líquidas	6.1	187.023	226.963	Imposto de renda e contribuição social	11	-	8.445
contas a receser, inquiads	0.1	107.023	220.303	diferidos			
Imposto de renda e contribuição social	9.1	24.296	24.034			138.546	147.715
Imposto de renda e contribuição diferido	11	2.300	-				
Outros ativos realizáveis a longo prazo		2.281	1.503				
		215.900	252.500	Patrimônio líquido			
				Capital social realizado	12.1	297.136	297.136
				Reservas de Lucro	12.2	5.458	5.458
				Prejuízos Acumulados		(22.875)	-
				Dividendos adicionais propostos		-	48.639
						279.719	351.233
		536.147	604.012			536.147	604.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

			2021		2020
	Nota	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Receitas (despesas)					
Gerais e administrativas	13.1	(1.063)	(2.304)	(868)	(2.883)
Tributárias	13.2	389	(582)	(42)	(1.005)
modulus	13.2	(674)	(2.886)	(910)	(3.888)
Prejuízo antes do resultado financeiro e					
impostos		(674)	(2.886)	(910)	(3.888)
Resultado financeiro líquido	14	27.913	(28.069)	12.029	12.288
Receitas financeiras		32.616	59.765	17.519	46.872
Despesas financeiras		(5.481)	(88.612)	(5.687)	(35.472)
Variações monetárias, líquidas		778	778	197	888
Lucro líquido (prejuízo) antes dos					
impostos		27.239	(30.955)	11.119	8.400
Imposto de renda e contribuição social					
	11.1	(11.544)	8.080	(794)	(5.983)
Lucro líquido (prejuízo) do período		15.695	(22.875)	10.325	2.417
Lucro (prejuízo) básico e diluído por		23.033	(==:073)	10.023	2.11,
ação ON (em R\$)	12.4	0,05	(0,08)	0,03	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

		2021		2020		
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set		
Lucro líquido (prejuízo) do período	15.695	(22.875)	10.325	2.417		
Resultado abrangente total	15.695	(22.875)	10.325	2.417		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

		Reservas de lucros			
	Capital subscrito e integralizado	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros /(Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2020	297.136	2.045	4.861	-	304.042
Lucro do período	-	-	-	2.417	2.417
Dividendos aprovados			(4.861)		(4.861)
Saldos em 30 de setembro de 2020	297.136	2.045	-	2.417	301.598
Saldos em 1° de janeiro de 2021	297.136	5.458	48.639	-	351.233
Dividendos aprovados	-	-	(48.639)	-	(48.639)
Prejuízo do período	-	-		(22.875)	(22.875)
Saldos em 30 de setembro de 2021	297.136	5.458	-	(22.875)	279.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	30.09.2021	30.09.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		30.03.2021	30.09.2020
Lucro/Prejuízo do período		(22.875)	2.417
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		-	1.392
Juros sobre arrendamento financeiro – EMAE	14	16.731	17.942
Reajuste contratual EMAE	14	71.855	17.445
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro		(4.433)	(3.337)
Atualização sobre impostos e contribuições		(814)	(888)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos		(10.745)	1.565
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.665	4.418
Reajuste do subarrendamento		(20.448)	(5.398)
Redução (Aumento) de ativos			
Contas a receber		50.745	(46.872)
Despesas antecipadas		785	788
Impostos e contribuições a recuperar		(7.602)	(2.150)
Outros ativos		(779)	-
Aumento (Redução) de passivos			
Fornecedores		(305)	(2.076)
Outros passivos		21	15
Impostos e contribuições a recolher		(379)	(2)
Imposto de Renda e Contribuição social pagos		(183)	(4.581)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		74.240	69.563
Fluxo de caixa de atividades de investimento		50.000	44707
Resgates em recebíveis de ativos financeiros		50.228	14.737
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos		50.228	14.737
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos e JSCP pagos		(64.471)	(38.853)
Pagamento Arrendamento		(59.996)	(45.447)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(124.468)	(84.300)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período		<u> </u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		3	3
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		3	3
Same o equitalentes de cama no min do período			

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

30.09.2021	30.09.2020
<u>-</u>	<u>-</u>
(2.304)	(1.357)
	(6.678)
(10.020)	(8.035)
(10.020)	(8.035)
-	(1.392)
(10.020)	(9.427)
60.543	47.760
50.523	38.333
-	134
(15.515)	(498)
301	808
88.612	35.472
(22.875)	2.417
(22.875)	2.417
	(2.304) (7.716) (10.020) (10.020) - (10.020) 60.543 50.523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de Reais, exceto quando indicado e contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. ("Companhia" ou "BSE") foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras" ou "Controladora"), e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas Demonstrações Financeiras Intermediárias devem ser lidas neste contexto.

1.1 Geração de Energia

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu à Companhia, Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 27 de abril de 2024.

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Fernando Gasparian da Petrobras. O Contrato estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015.

Em função do término da outorga à BSE da concessão, em julho de 2015, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente, foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras que estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 7.214, e vigência até 27 de abril de 2024.

1.2 Arrendamento mercantil

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogerador nº 2, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, de sua propriedade, com a sua Controladora. Este contrato estabeleceu pagamentos semestrais de R\$ 11.100, pelo prazo de 17 anos, até 15 de novembro de 2024.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 2024, conforme nota explicativa 10.

A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos muda porque a Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Companhia inclui nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

A Companhia promoveu a classificação do subarrendamento com sua controladora representado Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada com vencimento em novembro de 2024, no qual é arrendadora. A Companhia reclassificou o subarrendamento como arrendamento financeiro, levando ao reconhecimento de um valor a receber de R\$ 355.492 em 1º de janeiro de 2019.

As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA, e o saldo em 30 de setembro de 2021 soma R\$ 226.785 e em 31 de dezembro de 2020 soma R\$ 258.601. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está apresentado na nota 6 b.

1.3 Comodato

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Comodato do Turbogerador nº 1, de sua propriedade, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, modelo 7FH2, nº de série 337X78 com a sua Controladora - Petrobras, por 730 dias.

Em 01 de dezembro de 2017, foi celebrado o segundo Contrato de comodato do referido turbogerador, com prazo de 730 dias a partir da data de sua assinatura, com vigência até 30 de novembro de 2019.

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia celebrou novo Contrato de comodato com a Petrobras referente ao conjunto turbogerador nº 01. De acordo com o referido Contrato, o prazo de vigência era de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da celebração do mesmo, podendo ser prorrogado por até igual período mediante concordância das partes.

Em 27 de março de 2020, foi celebrado com a controladora Petrobras o 1º Termo Aditivo ao citado Contrato de comodato firmado em 29 de novembro 2019, postergando o prazo de vigência do instrumento jurídico em mais 120 (cento e vinte) dias a partir da data se sua assinatura, com vigência até 26 de julho de 2020.

Em 30 de setembro de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária - AGE, que autorizou a alienação de conjunto turbo gerador movido a gás natural de fabricação da General Electric (GE), no valor de R\$ 55.628 sem impostos para a Petrobras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1.4 Impacto do Corona vírus (COVID19) nas operações da Companhia

Em função da pandemia do corona vírus (COVID 19), declarada Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a BSE avaliou os possíveis impactos e constatou que as demonstrações financeiras intermediárias não sofreram os efeitos da COVID-19, pelos motivos abaixo apresentados:

- contas a receber a companhia tem como principal cliente a Petrobras, sua controladora.
- remunerações a companhia não possui empregados e a remunerações de sua diretoria é efetuada pela sua controladora;
- fornecedores e a arrendamentos a companhia não vislumbra impactos da COVID -19 em seus compromissos assumidos, tendo em vista que seu fluxo de caixa não sofreu alterações.

2. Correlação das notas explicativas

Título das notas explicativas	31.12.2020	30.09.2021
Companhia e suas operações	Nota 1	Nota 1
Correlação das notas explicativas	-	Nota 2
Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras	Nota 2	Nota 3
Base de mensuração	Nota 3	-
Sumário das Principais práticas contábeis	Nota 4	Nota 4
Estimativas e julgamentos relevantes	Nota 5	Nota 5
Novos pronunciamentos contábeis	Nota 6	-
Contas a receber	Nota 7	Nota 6
Partes Relacionadas	Nota 8	Nota 7
Despesas antecipadas	Nota 9	Nota 8
Tributos	Nota 11	Nota 9 e 11
Arrendamento mercantil	Nota 12	Nota 10
Patrimônio Líquido	Nota 13	Nota 12
Custo e despesa por natureza	Nota 14	Nota 13
Resultado financeiro líquido	Nota 15	Nota 14
Processos judiciais e contingências	Nota 16	Nota 15
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	Nota 17	Nota 16

3. Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) — Demonstração Intermediária, aprovado por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade — CFC, e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas com alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações. Portanto, tais demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

Os Diretores da Companhia, em reunião realizada em 27 de outubro de 2021 autorizaram a divulgação destas demonstrações financeiras intermediárias.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

5. Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Estas estimativas incluem: processos judiciais e contingências, tributos diferidos sobre o lucro e perdas de crédito esperada. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

6. Contas a receber

6.1 Contas a receber, líquidas

	30.09.2021	31.12.2020
Terceiros	1.552	1.552
Venda imobilizado	-	3.254
Arrendamento mercantil (c)	82.611	79.666
Reembolso de encargos setoriais (a)	3.782	1.955
Disponibilidade de máquinas (b)	226.785	258.601
	314.730	345.028
Circulante	127.707	118.065
Não circulante	187.023	226.963
	314.730	345.028

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Reembolso de encargos setoriais

Refere-se ao reembolso dos encargos de transmissão – CCT (Contrato de conexão ao sistema de transmissão) e CUST (Contrato de uso do sistema de transmissão) pagos pela BSE, e cobrados da Petrobras, mediante previsão contratual.

b) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil (subarrendamento)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionados a dois turbogeradores vinculados à Usina Termoelétrica Piratininga, celebrado em janeiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em novembro de 2024. As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA.

O saldo presente dos recebimentos mínimos em 30 de setembro de 2021 soma R\$ 226.785 e em 31 de dezembro de 2020 soma R\$ 258.601 A taxa de juros nominal incremental dos recebíveis de arrendamento na adoção inicial foi de 8,0784%. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

	Saldo em 31.12.2019	Recebimentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo em 31.12.2020
Subarrendamento	316.171	(85.564)	6.295	(896)	22.595	258.601

			Recebimentos
Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
Circulante	86.379	(3.422)	82.957
Não circulante	208.622	(32.978)	175.644
Em 31 de Dezembro de 2020	295.001	(36.400)	258.601

Saldo em 31.12.2020	Recebimentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo em 30.09.2021
258.601	(66.343)	22.974	(2.526)	14.079	226.785

Subarrendamento

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

			Recebimentos
Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
Circulante	94.488	(3.758)	90.730
Não circulante	157.145	(21.090)	136.055
Em 30 de setembro de 2021	251.633	(24.848)	226.785

Em agosto de 2021, houve ajuste no fluxo futuro devido variação do índice IPCA, que rege o contrato. O reajuste ocorrido na ordem de 0,96% impactou a rubrica, gerando ganho à Companhia.

c) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Representados, pelo Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogerador nº 2, celebrado com a Petrobras. O contrato tem vigência até 15 de novembro de 2024, 5.066 dias contados da assinatura do contrato, com parcelas vencíveis semestralmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

			Recebimento
	Valor Futuro	Juros	Valor
		nominais	Presente
Compromissos Estimados		Anuais	
2021	17.426	(570)	16.856
2022 – 2023	70.083	(20.673)	49.410
2024 em diante	34.852	(18.507)	16.345
Em 30 de setembro de 2021	122.361	(39.750)	82.611
Circulante	34.852	(3.209)	31.643
Não circulante	87.509	(36.541)	50.968
Em 30 de setembro de 2021	122.361	(39.750)	82.611
Circulante	33.330	(4.984)	28.346
Não circulante	99.991	(48.671)	51.320
Em 31 de dezembro de 2020	133.321	(53.655)	79.666

A Companhia classifica as parcelas recebidas do arrendamento como atividade de financiamento por entender que a operação se trata de uma venda financiada.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6.2 Contas a receber – FIDC

Em 30 de setembro de 2021, o montante de R\$ 163.006 (R\$ 208.801 em 31 de dezembro de 2020), representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

7. Partes relacionadas

7.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas da Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Petrobras		
	30.09.2021	31.12.2020	
Ativo			
Circulante			
Contas a receber – Petrobras turbogerador 01	-	3.254	
Arrendamento mercantil financeiro do turbogerador (nota explicativa 6.1c)	31.643	28.346	
Contrato de disponibilidade de máquinas (nota explicativa 6.1b)	90.730	82.957	
Reembolso de encargos setoriais (nota explicativa 6.1a)	3.782	1.955	
Contas a receber - FIDC (nota explicativa 6.2)	163.006	208.801	
	289.161	325.313	
Não circulante			
Contas a receber por arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 6.c)	50.968	51.320	
Contrato de disponibilidade de máquinas (nota explicativa 6.b)	136.055	175.643	
	187.023	226.963	
	476.184	552.276	
Passivo			
Circulante			
Dividendos (nota explicativa 12.3)	-	(13.680)	
JSCP a pagar		(2.153)	
	-	(15.833)	
	20.00.2024	24.42.222	
	30.09.2021	31.12.2020	
Resultado			
Receita de arrendamento (nota explicativa 14)	30.426	46.120	
Contas a receber - FIDC	4.433	4.173	
	34.859	50.293	

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7.2. Remuneração dos administradores da Companhia

Em atendimento as disposições estatutárias, a remuneração dos administradores aguarda a aprovação em Assembleia de Acionista, prevista para ocorrer no final de abril. Até o momento os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Baixada Santista S.A.

8. Despesas antecipadas

Em 30 de setembro de 2021 figura na conta o valor de R\$ 578 (R\$ 1.363 em 31 de dezembro de 2020), que se refere a pagamento de seguro garantia.

9. Tributos

9.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição

social		tivo Circulante	Ativo nã	ío Circulante (i)
	30.09.2021 31.12.2020		30.09.2021	31.12.2020
No país:				
Imposto de renda	15.121	11.170	20.945	20.597
Contribuição social	2.611	1.597	3.352	3.437
	17.732	12.767	24.297	24.034

(i) Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos dos exercícios de 2011 à 2015 e 2017 à 2018, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal.

	Ativo Circulante		Pa	ssivo circulante
Demais impostos e contribuições	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
PIS/COFINS	11.147	9.702	3	2
IRRF	-	147	1	381
CSLL	-	590	-	-
Outros impostos	74	74	3	2
	11.221	10.513	7	385

10. Arrendamento mercantil

A Companhia possui saldo de arrendamento a pagar existente com a EMAE, conforme segue:

	Saldo final em 31.12.2019	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 30.09.2020
Financiamentos - EMAE	273.725	(45.447)	20.377	(2.932)	17.942	263.665

A taxa nominal de juros anual sobre o contrato de arrendamento com a EMAE é de 9,0300%.

Compromissos Estimados (a pagar)	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
Circulante	90.894	(3.619)	87.275
Não circulante	212.085	(35.695)	176.390
Em 30 de setembro de 2020	302.979	(39.314)	263.665

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Saldo final em 31.12.2020	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais*	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 30.09.2021
Financiamentos - EMAE	225.173	(59.996)	82.449	(10.594)	16.730	253.762

^{*} Reajuste contempla ajuste do IGP-M de dezembro de 2020.

A taxa nominal de juros anual sobre o contrato de arrendamento com a EMAE é de 9,0300%.

Compromissos Estimados (a pagar)	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
Circulante	119.993	(4.777)	115.216
Não circulante	159.863	(21.317)	138.546
Em 30 de setembro de 2021	279.856	(26.094)	253.762

Em abril de 2021, houve ajuste no fluxo futuro devido variação do índice IGP-M, que rege o contrato. O reajuste ocorrido na ordem de 32% impactou a rubrica, gerando relevante perda a Companhia.

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento mercantil financeiro (i)		Arrendamento e si mercan		
	Imobilizado	Contas a receber	Arrendamento EMAE	Subarrendamento Petrobras	Total
Em 30 de setembro de 2020	(14.246)	29.616	(10.243)	13.983	19.110
Reconhecido no resultado do período	238	(158)	(25.532)	14.787	(10.665)
Em 31 de dezembro de 2020	(14.008)	29.458	(35.775)	28.770	8.445
Reconhecido no resultado do período	712	2.896	(3.571)	(10.782)	(10.745)
Em 30 de setembro de 2021	(13.296)	32.354	(39.346)	17.988	(2.300)

(i) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que as obrigações fiscais diferidas serão realizadas na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

(ii) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos s/ diferenças temporárias do CPC 06 (R2)

O cálculo dos impostos diferidos referente a adoção do CPC 06 (R2) foram efetuados com base nas adições e exclusões temporárias, e serão realizados na proporção da vigência dos contratos de arrendamento e subarrendamento.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.1. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	30.09.2021	30.09.2020
Prejuízo/Lucro antes dos impostos	(30.955)	8.400
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	10.525	(2.855)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas		
Diferido s/ Arrendamento financeiro	10.745	-
Comodato Petrobras	(8.629)	(1.565)
Arrendamento Petrobras	-	(8.603)
Receita de subarrendamento	(24.817)	(23.923)
Custo arrendamento EMAE	26.548	22.274
Receita financeira subarrendamento	4.787	5.891
Despesa financeira arrendamento EMAE	(5.688)	(6.100)
Impostos sobre subarrendamento	2.296	2.213
Resultado arrendamento - turbogerador próprio	5.558	6.069
Depreciação	1.827	1.828
Reajuste Contratual Subarrendamento	1.239	-
Despesa financeira reajuste EMAE	(24.431)	(5.931)
Receita financeira reajuste subarrendamento	6.952	1.835
Receita financeira reajuste arrendamento	-	1.006
Despesas não dedutíveis	-	(41)
Outros	18	18
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	1.150	1.901
Imposto de renda e contribuição social	8.080	(5.983)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.745	(1.565)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.665)	(4.418)
Imposto de renda e contribuição social	8.080	(5.983)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	26%	71%

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12. Patrimônio Líquido

12.1. Capital social realizado

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 297.136, está representado por 297.136.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

12.2. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da reserva legal era de R\$ 5.458, sendo R\$ 5.458 em 30 de setembro de 2021.

12.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Em 28 de dezembro de 2020 conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária a Companhia aprovou o montante de R\$ 2.533, que foram distribuídos na forma de Juros sobre Capital Próprio, pagos em 29 de Janeiro de 2021.

No dia 31 de dezembro de 2020 foi provisionado o valor de R\$ 13.679 referente a dividendos a pagar no exercício de 2020. Os mesmos foram pagos em 11 de maio de 2021.

Em 28 de abril de 2021, foram aprovados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2021 os dividendos adicionais relativos ao exercício de 2020, no valor de R\$48.639 e pagos em 11 de maio de 2021.

12.4. Resultado por ação

	30.09.2021	30.09.2020
Lucro/ (prejuízo) atribuível aos acionistas	(22.875)	2.417
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro básico e diluído por ação ordinária- (R\$ por ação)	(0,08)	0,01

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Custo e despesa por natureza

13.1. Despesas Gerais e Administrativas

	30.09.2021	30.09.2020
Serviços, fretes, aluguéis e encargos gerais	(391)	(321)
Depreciação e amortização	-	(1.392)
Despesa administrativas e encargos conselheiros	-	(1.170)
Outros	(1.913)	<u>-</u>
	(2.304)	(2.883)
Na Demonstração do Resultado		
Gerais e administrativas	(2.304)	(2.883)
	(2.304)	(2.883)

13.2. Despesas Tributárias

	30.09.2021	30.09.2020
PIS/COFINS sobre arrendamento financeiro e outras receitas	(281)	_
Impostos e Taxas	(301)	(1.005)
	(582)	(1.005)
Na Demonstração do Resultado		
Tributárias	(582)	(1.005)
	(582)	(1.005)

14. Resultado financeiro líquido

	Nota	30.09.2021	30.09.2020
Juros sobre impostos		(24)	(86)
Reajuste contratual EMAE	10	(71.855)	(17.444)
Reajuste contratual Leasing		3.644	2.960
Reajuste contratual Subarrendamento	6.b	20.448	5.398
Juros sobre arrendamento (a)		(16.731)	(17.942)
Receita de arrendamento mercantil financeiro do			
turbogerador (nota explicativa 6.1c)		16.345	17.851
Receita sobre subarrendamento – Petrobras (nota explicativa			
6.1b)		14.079	17.326
Receitas com recebíveis de ativos financeiros (FIDC)		4.433	3.337
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a			
recuperar		1.592	888
Resultado financeiro líquido		(28.069)	12.288
Receitas		60.543	46.872
Despesas		(88.612)	(35.472)
Variações monetárias, líquidas		-	888
Resultado financeiro líquido	,	(28.069)	12.288

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Juros sobre arrendamento

Com a adoção do CPC 06(R2) em 01 de janeiro de 2019 a Companhia apropria os juros sobre a parcela paga à arrendadora, assim como os juros sobre o valor recebido em razão do subarrendamento.

Processos judiciais e contingências

15.1. Processo judicial não provisionado

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para o qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa - 30.09.2021	Estimativa – 31.12.2020
Cível	1.864	1.835
Execução Fiscal	69.307	59.805
	71.171	61.640

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível:

a) Processo de natureza cível

<u></u>	Estimativa	Estimativa
Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	30.09.2021	31.12.2020
Auto de infração pela conservação inadequada de bens e instalações da Usina		
Termelétrica Piratininga, da qual a Companhia é concessionária.		
Situação atual: A BSE ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da		
multa. Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da		
exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão. A ANEEL foi		
intimada da decisão judicial para se abster de inscrever a multa em dívida ativa e		
em cadastro de inadimplentes ou excluí-la, se for o caso. Assim, o Auto de		
Infração encontra-se na situação "Suspenso com depósito judicial".	1.864	1.835

b) Execução Fiscal

		Estimativa
Autor: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	30.09.2021	31.12.2020

A execução fiscal tem por objeto, supostas infrações cometidas pelo contribuinte no Processo Administrativo Fiscal n° 10845.725847/2015-5.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Situação atual: Trata-se de autuação fiscal para a cobrança de PIS e COFINS em razão do não reconhecimento do direito ao crédito desses tributos pelo arrendamento de turbogeradores, bem como de cobrança de IR e CSLL por entender ter ocorrido omissão de receita em razão do arrendamento. A contingência está sendo objeto de discussão no âmbito judicial, encontrando-se o crédito garantido por seguro. Aguardando o processamento dos embargos à execução.

69.307 59.805

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

16.1. Instrumentos financeiros

A descrição detalhada e a política da companhia sobre os Instrumentos financeiros e o gerenciamento de riscos da companhia é apresentada nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais não apresentam alterações relevantes em 30 de setembro de 2021.

	30.09.2021	31.12.2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	3
Contas a receber, líquidas	127.707	118.065
Contas a receber – FIDC	163.006	208.801
	290.716	326.869
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	187.023	226.963
	447.739	553.832
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.953	2.258
Arrendamentos mercantis	115.216	85.903
Dividendos e JSCP	-	15.833
	117.169	103.994
Não circulante		
Arrendamentos mercantis	138.546	139.270
	255.715	243.264

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos, não derivativos, são classificados na categoria "Custo amortizado" (exceto o Contas a receber FIDC, classificado na categoria de "Valor justo por meio do resultado"), com recebimentos e pagamentos fixos ou determináveis, os quais não possuem a característica de negociação em mercados organizados.

Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

16.2. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração), com base em seu Estatuto Social e na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua Controladora, a Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos empresariais e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos e financeiros, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

16.2.1. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

16.2.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua Controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado ao contas a receber do Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogerador nº 2 é atenuado por possuir como único cliente, sua Controladora, a Petrobras.

16.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros, ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos, basicamente com despesas de locação, necessárias ao negócio. Os recebíveis da Companhia estão concentrados na sua Controladora, a Petrobras, que é o único cliente.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

16.3. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Baixada Santista Energia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

16.4. Risco operacional

As atividades dos processos administrativos da BSE são efetuadas por um número de profissionais reduzido, podendo acarretar em maior tempo depreendido para o desempenho de suas atividades. A gestão deste risco se dá a partir de planejamentos com antecedência mínima de atividades de rotina.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

DIRETORIA EXECUTIVA

ALINE DIAS LEONARDI Diretora Técnica WELLINGTON GOMES LUCAS
Diretor Administrativo

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001.137/O-0

LUCIANA DOS SANTOS UCHÔA

Contadora

CRC RJ "s" SP 081003/O-8